

Relatório de Actividades de 2005

Relatório de actividades desenvolvidas pela CADC no ano de 2005

O ano de 2005 poder-se-á considerar um ano de transição no que se refere aos trabalhos da CADC dado que as circunstâncias políticas de ambos países levaram a que a V Reunião Plenária não ocorresse em 2004 e fosse adiada a sua realização para 30 de Maio e 1 de Junho de 2005.

No dia 11 de Novembro de 2004 teve lugar em Madrid a reunião preparatória da V Reunião Plenária, tendo sido acordado como datas mais adequadas os dias 15 e 16 de Dezembro e foram, ainda, convocadas as reuniões dos diversos Grupos de Trabalho para os dias 29 e 30 de Novembro em Lisboa. Os Grupos de Trabalho reuniram, finalmente, no dia 22 do referido mês – Directiva-Quadro da Água, Qualidade da Água e Guadiana – tendo a data da Reunião Plenária sido adiada para os dias 30 de Maio e 1 de Junho, conforme acima referido.

As actividades da Comissão no ano de 2005 tiveram início nos dias 15 e 16 do mês de Fevereiro com as Reuniões do Grupo de Trabalho da Directiva-Quadro da Água, em Lisboa. Nas referidas reuniões acordou-se o seguinte:

- Compatibilização entre as Demarcações Hidrográficas partilhadas, tanto para águas interiores como para as de transição e costeiras;
- Coordenação na designação, tipologia e caracterização das massas de água transfronteiriças, ponto essencial nas actuações do Grupo de Trabalho;
- Planeamento de questões de coordenação para o Relatório sobre os Artigo 5.º e 6.º e Anexos correspondentes em relação a essas massas de água transfronteiriças;
- Preparação de uma proposta da CADC à Conferência de Partes referente a questões da Directiva-Quadro da Água.

De toda a forma, acordou-se que, para as Demarcações partilhadas, se tentaria levar a cabo um procedimento de actuação e consulta pública comum, assim como uma coordenação no estabelecimento de objectivos de qualidade e programas de medidas.

Em 2005 realizou-se em Lisboa a **Quinta Reunião Plenária da Comissão** (CADC V), nos dias 31 de Maio e 1 de Junho de acordo com a seguinte Agenda:

1. Constituição da Comissão e aprovação da Agenda
2. Balanço dos trabalhos realizados em 2004
3. Relatório relativo ao ano hidrológico 2003/2004 e situação do ano hidrológico em curso em matéria de caudais
4. Conclusões operacionais dos estudos sobre o estuário do Guadiana

Relatório de Actividades de 2005

5. Situação dos trabalhos de implementação da Directiva-Quadro da Água
6. Adopção de medidas com vista à implementação das resoluções adoptadas nas anteriores reuniões plenárias
7. Preparação da Conferência das Partes
8. Outros assuntos

Das resoluções adoptadas, cabe destacar:

- Elaboração conjunta do relatório referente ao ano hidrológico;
- A nomeação de um interlocutor, por cada uma das Partes, para situações de crise e também para os GT e Subcomissões – Dr. Nuno Lacasta pela Delegação portuguesa e D. Juan López Martos pela Delegação espanhola – denominado como “Grupo de Coordenação”;
- Reactivação imediata o GT sobre Secas;
- Criação da Subcomissão para Gestão de Emergências de recursos hídricos;
- Criação do Grupo de Trabalho sobre Regime de caudais;
- Agilizar a aprovação das Condições Operacionais do Guadiana;
- Aprovar o Programa de Monitorização do estuário do Guadiana;
- Intensificar a cooperação entre as Partes no processo de implementação da Directiva-Quadro da Água
- Agenda, local, data e calendário da Conferência das Partes;
- Discussão de aspectos relacionados com o incumprimento dos regimes de caudais do Douro nos termos do convénio de 1964;
- Esclarecimentos referentes a: caudais da margem esquerda do Guadiana, bombagem em Bocachança, obras no rio Sil e aproveitamentos no ramo internacional do Guadiana.

No âmbito das actividades desenvolvidas pelos interlocutores designados para as situações de crise e coordenação dos Grupos de Trabalho e Subcomissões – o denominado Grupo de Coordenação – realizou-se em Madrid uma reunião no dia 22 de Junho, simultaneamente com a constituição da Subcomissão para a Gestão de Emergências de Recursos Hídricos, em que se trocaram as primeiras impressões sobre a necessidade de dinamizar os Grupos de Trabalho com o objectivo de que se produzissem reuniões, pelo menos, uma vez ao longo de 2005.

Ainda no âmbito do Grupo de Coordenação, teve lugar na Reserva Natural de Castro Marim, dia 8 de Julho, uma nova reunião na qual os interlocutores trocaram impressões sobre a preparação da Conferência das Partes da Convenção de Albufeira, assim como sobre questões relacionadas com os Grupos de Trabalho e o período de grave seca que

Relatório de Actividades de 2005

sofriam os dois países. Foi ainda preparado um projecto de conclusões da Conferência das Partes.

No dia 14 de Setembro foi convocada pelos interlocutores designados pela CADC para situações de crise, em Salamanca, uma reunião para tratar dos possíveis incumprimentos do regime de caudais por parte das empresas hidroeléctricas espanholas que, segundo a parte portuguesa, se verificam de forma reiterada na bacia do Douro. Nessa reunião estiveram presentes representantes de ambas as administrações, da EDP e da Iberdrola.

Antes de abordar o assunto central da reunião, a Delegação espanhola fez referência aos caudais a garantir no rio Douro em Saucelle, acordados na Conferência das Partes e deu conta dos caudais descarregados até dia 8 de Setembro de acordo com os dados fornecidos pela Iberdrola. Comunicou que a Direcção Geral da Água iria dar instruções à citada empresa hidroeléctrica para que cumpra na totalidade os acordos estabelecidos na Conferência das Partes. Comentou, ainda, que segundo a informação recebida, não se produziram – nem parece provável que ocorram - problemas de refrigeração na central da Tapada de Outeiro, situada no território português, administrada pela Turbo Gás.

Em seguida, expuseram-se as posições de cada uma das partes e fez-se referência a uma reunião realizada em 1999 entre EDP e Iberdrola na qual parece ter-se alcançado um acordo de princípio que não chegou a materializar-se. Concluiu-se que existem diversas formas de analisar a contabilização e que a referida reunião de 1999 carecia de representatividade oficial, pelo que se propôs a realização de nova reunião.

Essa reunião deveria ter lugar antes da primeira data de revisão do estatuto de excepção do Douro contemplado na Convenção de Albufeira (Janeiro de 2006) e, tendo em conta as suas conclusões, a CADC deveria proceder à análise de uma proposta concreta. A proposta apresentada resume-se a:

- Cumprimento de entrega em Setembro dos volumes acordados na Conferência de Partes;
- Reunião das empresas hidroeléctricas para entregar à CADC, até ao final de Janeiro de 2006, uma proposta acordada por ambas as partes.

Foi solicitado à Iberdrola uma análise económica que pudesse ser comparável à entregue por Portugal.

Nesse mesmo dia foi convocada nova reunião com o fim de coordenar os trabalhos dos Grupos de Trabalho e das Subcomissões. Os temas tratados foram os seguintes:

- Pedido da Junta de Extremadura de uma concessão de 3,5 hm³/ano procedentes da albufeira de Alqueva com destino à rega de 550 ha nos municípios de Cheles e Villanueva del Fresno (Badajoz). A Delegação portuguesa manifestou a predisposição do seu Governo para aceder à mesma e solicitou um pedido oficial;

Relatório de Actividades de 2005

- Informação sobre o estado de instalação de caudalímetros na margem esquerda do Guadiana e resposta ao documento de Condições Operacionais do estuário por parte espanhola.
- Possibilidade de preparação de um programa conjunto para apresentar uma candidatura destinada a obter financiamento do programa LIFE da União Europeia;
- Estudo sobre o Aproveitamento Sustentável do Rio Guadiana a jusante do Pomarão, as dificuldades relativas ao seu processo de contratação e as possibilidades de uma direcção conjunta da sua execução. Informou-se que, de acordo com as consultas realizadas na Intervenção espanhola, o procedimento mais adequado parece ser a elaboração de um Convénio, similar ao que se iniciou em relação ao Minho. Propôs-se o envio de uma nota sobre o assunto para que pudesse ser tratado na próxima reunião da CADC;
- Existência de uma discrepância entre os valores dos caudais afluentes no Guadiana medidos por Espanha no Açude de Badajoz e os medidos por Portugal na estação de Monte da Vinha. Propôs-se, e foi aceite, a designação de um técnico de cada parte para solucionar essas discrepâncias;
- No que se refere às questões relacionadas com a informação ao público, a Delegação portuguesa concordou com a proposta formulada por Espanha e sugeriu que em 2006 se apresentasse uma proposta conjunta com base na anterior;
- Em relação aos grupos de trabalho, acordou-se estabelecer um programa de reuniões dos vários grupos, alternativamente em Lisboa e Madrid;
- Por fim, procedeu-se ao comentário das questões que se referem ao Estatuto da CADC aprovado na II Reunião realizada em Madrid nos dias 9 e 10 de Janeiro de 2001. Acordou-se analisar o assunto na próxima reunião da CADC com vista à sua remissão à Conferência de Partes que deverá proceder a sua aprovação definitiva.

O GT de Secas reuniu-se em Lisboa no dia 21 de Setembro. Nesta reunião teve lugar uma apresentação, por ambas as partes, da distribuição espacial da seca no ano hidrológico 2004-2005, sua magnitude, implicação nos recursos hídricos internacionais e perspectivas futuras, concluindo-se que dever-se-á estabelecer uma série de indicadores de forma a que, quando seja detectada seca, aqueles permitam graduá-la. Discutiu-se ainda a necessidade de realizar uma proposta acerca de um regime de caudais para os primeiros três meses de ano hidrológico 2005-2006 nos rios Douro, Tejo e Guadiana.

No dia 10 de Outubro o GT de Permuta de Informação reuniu-se em Madrid. Tomou-se como ponto de partida a Acta da última reunião celebrada, que teve lugar no dia 11 de Dezembro de 2003, tendo a parte espanhola informado que o Convénio em matéria de caudais foi respeitado escrupulosamente, incluindo a bacia do Douro em que, dado o estado de excepção declarado, se tinha assegurado o volume acordado na Conferência das Partes. Esclareceram-se, ainda, pequenas discrepâncias em relação aos valores dos caudais da bacia do Guadiana.

Procedeu-se à revisão do Plano Geral de Permuta e acordou-se quanto à sua vigência e operatividade.

Relatório de Actividades de 2005

Em seguida, procedeu-se à análise dos programas de trabalho apresentados na última reunião do Grupo, elemento que serviu de base para a previsão de futuras acções.

Entre as conclusões obtidas cabe destacar:

- O interesse em proceder à imediata troca de informação para que, uma vez compatibilizadas ambas as fontes, se possa proceder à realização de um relatório conjunto do último ano hidrológico;
- Incorporar no referido relatório os dados de qualidade, utilizando os correspondentes aos pontos comuns a acordar;
- Foi analisada a possibilidade de utilizar dois pontos a montante da fronteira, dois no ramo comum e dois a jusante; a Delegação espanhola manifestou a este respeito que as bacias hidrográficas espanholas concordam em fornecer esta informação sem dificuldade ao Grupo de Trabalho de Qualidade da Água;
- De acordo com o exposto, decidiu-se coordenar as actuações com o referido Grupo; a informação relativa à incidência das infraestruturas poderia reencaminhar-se para o Grupo de Trabalho da Directiva-Quadro da Água, pois deve constar do relatório das pressões;
- Os aspectos relativos a caudais sólidos e novas zonas vulneráveis, deveriam ser abordados ainda de acordo com o GT da Directiva-Quadro da Água, que comunicaria os progressos registados;
- No que respeita a concessões, utilizações e outros direitos de uso, analisou-se a conveniência de adiar para o segundo semestre de 2006;
- Foi discutido e acordada a possibilidade de levar a cabo uma simulação das situações de seca nas bacias que não dispõem de SAIH, assim como realizar um simulacro de situações de cheias com aplicação dos protocolos elaborados pelo Grupo de Trabalho de Cheias, aprovado na III reunião da CADC.

Por último, a parte espanhola realizou apresentações de partes do Boletim Hidrológico e do Observatório Nacional da Seca, que suscitaram diversas questões que foram respondidas pelos intervenientes.

Nesse mesmo dia reuniu-se em Madrid o Grupo Específico sobre Transferências de água na bacia do Douro, convocado na sequência do acordo alcançado na reunião de 14 de Setembro, em Salamanca.

A convocatória diz respeito a uma controvérsia suscitada entre as partes em relação ao esquema de exploração da empresa Iberdrola e possíveis incumprimentos da mesma em relação aos compromissos estabelecidos pelo Convénio de 1964. Durante a reunião, ambas as partes mantiveram as suas posições, questionou-se a vigência do referido Convénio de 1964 e discutiu-se sobre os interlocutores adequados na negociação das questões em litígio.

Finalmente, decidiu-se que os interlocutores devem ser a Rede Eléctrica Nacional de Portugal e a Iberdrola, com a supervisão da Rede Eléctrica Espanhola, e de ambas as Administrações.

Relatório de Actividades de 2005

O representante da Iberdrola manifestou a sua disposição para levar a cabo um estudo que incluía aspectos ambientais, como base para uma próxima reunião. Nessa reunião apresentar-se-ia uma proposta para o futuro tendo por base uma análise do que se tem ocorrido.

Acordou-se que o período de análise deve ser aberto, preferivelmente o mais longo possível ou desde que se comunique o incumprimento, e na entrega de uma proposta o mais brevemente possível. Propôs-se a realização de uma reunião conjunta entre as hidroeléctricas de ambos os países. Como data para a primeira reunião, em que seria abordado um plano concreto de trabalho, propôs-se 31 de Janeiro.

A Reunião preparatória da XXI Cimeira Luso-Espanhola realizou-se a 27 de Outubro em Madrid. Os aspectos mais relevantes tratados na mesma foram os seguintes:

- O Director Geral da Água referiu a Reunião de Directores Gerais da Água da Região Mediterrânea, realizada em Palma de Maiorca no dia 10 de Outubro em que participaram os Directores de quase todos os países convocados assim como os representantes da Comissão Europeia. O Presidente do INAG manifestou o seu acordo com o que foi apresentado;
- O Director Geral da Água informou ainda, sobre a Conferência sobre Secas convocada pela Direcção Geral da Água para os dias 15 e 16 de Fevereiro em Saragoça, explicando o programa, seus conteúdos e forma de desenvolvimento;
- Falou-se na participação no IV Fórum Mundial da Água no México, concordando-se que o Presidente do INAG tenha uma intervenção destacada na sessão que o Ministério do Ambiente de Espanha tem previsto organizar;
- Informou-se sobre o cumprimento do regime de caudais no Douro acordado na Conferência das Partes. Em relação a este assunto, acordou-se em realizar uma reunião entre as Administrações, as Redes Eléctricas Nacionais e as Empresas Hidroeléctricas no mesmo dia que seria realizada a do GT de Permuta de Informação;
- Em relação à agenda da Cimeira, a delegação portuguesa mencionou as seguintes questões como as mais importantes: Relatório conjunto das reuniões da CADC, reuniões dos GT e acordo sobre o regime de caudais antes da próxima reunião da CADC;
- No que se refere à Iniciativa para a Água da União Europeia, acordou-se promover contactos com os representantes de ambos os países na REPER. Houve coincidência sobre que se deve pedir aos Directores Gerais da Água da região projectos concretos para apresentá-los à Comissão Europeia assim como iniciar a gestão pertinente para conhecer onde estão os meios financeiros e o procedimento para aceder a eles;
- Relativamente à Directiva-Quadro da Água concordou-se com a importância ter um relatório conjunto com vista à sua apresentação em Bruxelas;
- Acordou-se que a próxima reunião plenária teria lugar em Madrid nos dias 12 e 13 de Dezembro, assim como as datas das reuniões dos GT.

Nos dias 18 e 19 de Novembro, os membros do Grupo de Coordenação participaram na XXI Cimeira Luso-Espanhola, realizada em Évora, fazendo parte das Delegações dos seus

Relatório de Actividades de 2005

respectivos países. Durante a realização do evento tiveram oportunidade de trocar impressões, todavia preliminares nesta data, acerca das actividades do Grupo durante o ano de 2006. Acordaram que procurariam realizar reuniões cada dois meses, preferencialmente a coincidir com as datas de realização das reuniões dos GT, como forma de incentivo e controlo dos grupos.

A reunião constituinte do GT de Segurança de Barragens e Infraestruturas teve lugar em Lisboa no dia 22 de Novembro, e, antecedendo a mesma, ambas as partes mostraram satisfação por o Grupo ter sido criado.

Descreveu-se a situação actual em cada um dos países, destacando-se a grande importância que se reveste a coordenação entre ambos num tema de tão vital importância.

Tendo em conta o exposto, concluiu-se da necessidade de realizar um pequeno resumo da situação de ambos os lados da fronteira e trocar esses dados com o objectivo de produzir um documento comum, propondo-se que esse documento reflecta as preocupações específicas de cada parte com uma identificação das infra-estruturas que poderiam ser objecto dessa preocupação, o que poder-se-ia considerar como um primeiro passo para o funcionamento do GT.

Acordou-se que a próxima reunião do GT teria lugar em Madrid, na primeira semana do mês de Fevereiro de 2006.

Nesse mesmo dia reuniu-se o GT para o estudo do Aproveitamento Sustentável do troço internacional inferior do Rio Guadiana. Nessa reunião a Delegação portuguesa entregou uma nova proposta relativa às Condições Operacionais do estuário que, basicamente, incorporava a formulada por Espanha em Novembro de 2004 com algumas modificações. A delegação espanhola recebeu a proposta para análise e posterior resposta.

A parte espanhola informou sobre o estado dos trabalhos de implementação dos caudalímetros na margem esquerda, indicando que a Confederação Hidrográfica do Guadiana apresentou o projecto para a instalação dos elementos de medida e, nessa data, encontrava-se em fase de licitação por um montante de € 1,9 M e esperava-se estar finalizada em 2006.

Comentou-se o pedido da Junta de Extremadura para criar áreas de rega a partir da albufeira de Alqueva, ao que a delegação portuguesa referiu estar de acordo em conceder essa autorização mediante algumas condições, acordando-se mesmo assim comprovar as divergências entre os valores de causais medidos no Açude de Badajoz e Monte da Vinha.

Por fim, a Delegação portuguesa comunicou que o seu País sofreu uma sanção da União Europeia por não ter instalado uma rede de monitorização da situação do estuário, exigida no estudo de impacte ambiental do Alqueva. Para mitigar esta situação, pediu que fornecessem os dados da monitorização que o CEDEX realiza, de acordo com um Convénio com a Direcção Geral da Água. A Delegação portuguesa apresentou um programa de monitorização que vão a instalar e que, se espera faça parte da rede que os dois países deverão instalar conjuntamente para comprovar os objectivos que se prosseguem.